

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõe a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A. opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. No ano de 2012, foi atingido o recorde de geração com 5.211,4 GWh, aproximadamente 13% superior da energia assegurada anual de 4.613 GWh. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 93,05%, fechando o mês de Dezembro com disponibilidade média de 92,62% (apurada com base na média dos últimos 60 meses), índice também superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Investco S.A. registrou Receita Operacional Líquida de R\$253,8 milhões em 2012, aumento de 26,7% ao apurado no ano de 2011 que totalizou R\$200,4 milhões. Este acréscimo de R\$ 53,4 milhões é proveniente, principalmente, em função da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o cálculo do arrendamento de 2010. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. O endividamento financeiro, composto por Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, atingiu R\$85,5 milhões no ano de 2012 frente a R\$136,1 milhões em 2011 (R\$79,1 milhões referente a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39 e R\$57,0 milhões de empréstimos bancários), sendo o saldo reduzido em 37,2% principalmente por encerramento dos empréstimos bancários. O valor remanescente refere-se às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39.

O EBTIDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R\$221,1 milhões no ano de 2012 frente aos R\$174,1 milhões do ano de 2011, aumento de 27,0% em decorrência da aplicação do CA (coeficiente de ajuste) sobre o arrendamento. O Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos totalizou R\$185,1 milhões em 2012, aumento 32,9% sobre o ano de 2011, esta variação é em função, principalmente, do aumento da Receita Operacional Bruta e o Lucro Líquido alcançou 94,1 milhões em 2012, aumento de 11,6% frente ao mesmo período do ano anterior. Os Investimentos 2012 totalizaram R\$ 6,5 milhões sendo: R\$ 2,8 milhões em Máquinas e Equipamentos, R\$ 1,2 milhões em obras civis, R\$ 1,1 milhão em regularizações de terrenos, R\$ 0,7 milhão em programas ambientais e R\$ 0,7 milhão em TI e Infraestrutura.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A Investco, como uma das maiores empresas do Tocantins, tem uma importante função como promotora do equilíbrio social, econômico e ambiental no estado. A gestão da responsabilidade socioambiental em 2012, baseada na interação com a comunidade, no incentivo à educação, ao esporte e na valorização da cultura local, trilha um caminho que incentiva o desenvolvimento econômico sustentável e a conservação dos recursos naturais.

Os investimentos socioambientais da Investco focam o uso múltiplo do reservatório da Usina e o desenvolvimento regional. Através de patrocínios, a Empresa tem incentivado a realização de eventos esportivos, no entorno do reservatório, buscando o seu uso múltiplo de forma equilibrada, por acreditar na força do esporte como mecanismo de educação e inclusão social. Esses incentivos fomentam a realização de vários eventos de destaque estadual e nacional. Com parcerias com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, diversos programas foram executados e mais de 20 mil de pessoas foram beneficiadas.

Circuito Cultural e Esportivo Investco - ações que proporcionam a toda comunidade do entorno do reservatório da Usina Luís Eduardo Magalhães - Lajeado atividades de educação ambiental, cultura, esporte e lazer. Através da valorização das diversidades culturais locais, o evento busca a conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável. Entre as competições estão maratonas aquáticas, provas de enduro a pé, ciclismo, natação, canoagem, atletismo, além da promoção de peças de teatro e oficinas artísticas para as cidades de Lajeado, Porto Nacional, Ipueiras e Brejinho de Nazaré por meio do projeto Teatro a Bordo.

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento - Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 6463443. Pelo número, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos. Além disso, o diálogo permanente é uma ótima forma de promover a troca de conhecimentos e experiências, melhorando sempre nosso processo de gestão empresarial.

Site - Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e setor elétrico, de forma geral.

Publicações em Jornais e Diário Oficial - Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE (Diário Oficial do Estado), a Investco amplia o alcance da comunicação, promovendo o diálogo com diversos públicos, e não somente com a comunidade do entorno. Usualmente, essa forma de comunicação é utilizada para divulgar as ações realizadas pela Investco.

Comerciais Televisivos - Outro veículo que atinge grande parte da população é a televisão. No último ano a Investco veiculou comerciais na TV Globo. Os temas foram o Circuito Cultural e Esportivo Investco e o Fórum das Águas. Para que um maior número de pessoas assistisse aos vídeos, as gravações foram ao ar cerca de cinquenta vezes entre os meses de maio e novembro.

Visitas à Usina - Trata-se de uma ferramenta que vem sendo muito procurada pela comunidade. Após solicitação por telefone, e-mail ou fax, a Investco recebe grupos de visitantes na Usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação, meio ambiente ou operação e manutenção, de acordo com o perfil do visitante. Na ocasião, os visitantes assistem a uma palestra sobre as ações da empresa e o funcionamento da Usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil pessoas de diferentes locais do país conheceram a Usina.

Projetos com foco na Educação

EDP nas Escolas - Iniciativa que contribui para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria na qualidade do ensino fundamental em escolas públicas. No Tocantins, foram beneficiados 588 alunos e 38 professores, no município de Porto Nacional, Escola Estadual Beira Rio, por meio da distribuição de kits escolares, concurso de Arte com Energia e apresentação teatral com o tema Energias Renovável.

Projetos de Educação e Meio Ambiente

Prêmio EDP nas Artes - promovido pelo Instituto Tomie Ohtake, a iniciativa contempla a capacitação de artistas de regiões fora do eixo Rio/São Paulo. O ciclo do Prêmio é bianual, iniciando com capacitações e finalizando com a escolha das melhores obras de arte, com exposição e premiação dos artistas. Em 2012 foram 291 trabalhos inscritos, com exposição realizada de junho a agosto, no próprio Instituto Tomie Ohtake.

Ano Portugal no Brasil - Patrocínio do Espetáculo Mariza e Roberta Sá no lançamento do "Ano Portugal no Brasil" em Brasília. Realizado pelo Interlúdio Eventos e Serviços Artísticos e Culturais Ltda.

Projetos Socioambientais e Culturais patrocinados a partir do edital público

Esporte e Cidadania - Educação através do esporte (escolinha de futebol de campo e vôlei de areia) em parceria com a escola local e Polícia Comunitária. Foram beneficiados 550 crianças e adolescentes da região do Assentamento de Luzimangues.

CEDECA - A parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone, desenvolve o projeto **Candeia**, o qual visa a promoção de ações que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência, respeitando os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as diretrizes estabelecidas pela VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente somente repassou o recurso destinado pela empresa em Novembro/12. O projeto será monitorado em 2013.

Zig-Zag - Promoção da inclusão social de adolescentes e jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, assegurando o seu desenvolvimento integral e o pleno direito à cidadania através da qualificação profissional na área de corte e costura, da formação humana e cristã, do lazer, do esporte, da cultura e da educação realizada pelo Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco. O Projeto finalizou suas ações em 2012.

Circuito EDP Teatro a Bordo - Realizado em novembro, o tradicional espetáculo realizado pela Investco, com apoio do Instituto EDP, o Grupo de Teatro a Bordo, reuniu cerca de 2500 pessoas, que acompanharam apresentações de teatro, teatro infantil, festival de cinema curta metragem, oficinas de reciclagem e contagem de histórias, intervenções artísticas e apresentações de palhaços.

Festival do Minuto - Formação, engajamento e capacitação de público jovem e de professores de escolas públicas para gravação de filmes de até um minuto, utilizando-se de oficinas online, materiais didáticos em DVD, mostras de filmes e posterior festival e premiação Palmas. Participaram os municípios de Porto Nacional, Miracema, Lajeado, Ipueiras e Brejinho de Nazaré.

Buriti Viola - Produção de um plano pedagógico para Escolas Públicas em torno da leitura do livro Buriti Viola, envolvendo, dentre outras ações, a edição e a impressão de 9 mil exemplares do livro infantil Buriti Viola e de 2 mil cartilhas de projeto pedagógico, o encontro com o autor por meio de 18 apresentações de contagem de história e de um website específico para engajamento de alunos e professores além da disponibilização gratuita do material produzido. Municípios contemplados: Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Lajeado, Miracema, Palmas e Porto Nacional.

Futebol Society Athenas - Projeto com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, motor e sócio-afetivo, além da inclusão social. Para continuar participando do programa, os participantes têm como obrigação manter boas notas nas escolas. Foram atendidos 250 jovens entre 6 e 17 anos.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em Dezembro de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A Deloitte iniciou a prestação de serviços em março de 2012, desde então, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos senhores Acionistas, Conselheiros, Clientes, Governos Federal, Estadual e Municipal, Fornecedores, Prestadores de serviços, Credores e em especial aos Colaboradores, por mais um ano de realizações.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

INVESTCO

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)	2011 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	253.805	200.353
Resultado operacional (RO)	154.750	115.181
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.779	8.336

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	766	7,83%	0,30%	623	7,48%	0,31%
Encargos sociais compulsórios	2.558	26,16%	1,01%	2.116	25,39%	1,06%
Previdência privada	61	0,62%	0,02%	47	0,57%	0,02%
Saúde	734	7,51%	0,29%	439	5,27%	0,22%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	30	0,36%	0,01%
Educação	27	0,28%	0,01%	26	0,31%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	208	2,13%	0,08%	147	1,77%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	21	0,21%	0,01%	14	0,17%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	447	5,36%	0,22%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	22	0,22%	0,01%	24	0,29%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	4.397	44,96%	1,73%	3.915	46,96%	1,95%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	54	0,03%	0,02%	45	0,04%	0,02%
Cultura	333	0,21%	0,13%	200	0,17%	0,10%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	40	0,03%	0,02%	135	0,12%	0,07%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	426	0,28%	0,17%	380	0,33%	0,19%
Tributos (excluídos encargos sociais)	87.436	56,5%	34,45%	51.727	44,91%	25,82%
Total - Indicadores sociais externos	87.863	56,78%	34,62%	52.107	45,24%	26,01%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.928	4,47%	2,73%	5.782	5,02%	2,89%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	6.928	4,47%	2,73%	5.782	5,02%	2,89%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%
() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012	2011
Nº de empregados(as) ao final do período	74	77
Nº de admissões durante o período	5	9
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	52	38
Nº de estagiários(as)	-	-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	12	14
Nº de mulheres que trabalham na empresa	16	15
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%	17%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa ⁽¹⁾	1	2
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1	-

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.023	3.314
Rendas a receber	6	22.779	16.870
Concessionárias	5	549	582
Impostos e contribuições sociais	7	28.848	22.468
Estoques	10	3.729	4.696
Cauções e depósitos vinculados	11	19	-
Despesas pagas antecipadamente	-	5	664
Outros créditos	-	79	172
		62.031	48.766
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	8.140
Cauções e depósitos vinculados	11	1.117	1.193
		1.117	9.333
Imobilizado	12	1.286.836	1.317.098
Intangível	13	26.138	26.862
		1.312.974	1.343.960
Total do ativo		1.376.122	1.402.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	804.459	14.473	202.426	-	-	1.021.358
Lucro líquido do exercício					84.304	84.304
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.215		(4.215)	-
Reserva de retenção de lucros			60.067		(60.067)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(18.300)	(18.300)
Dividendos propostos					(1.722)	(1.722)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(260)		(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				89		89
Transferência para Reserva de lucros			(171)	171		-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	804.459	14.473	266.537	-	-	1.085.469
Ajuste de Avaliação Patrimonial						
Dividendo adicional aprovado - AGO 12/04/2012			(22.053)			(22.053)
Lucro líquido do exercício					94.117	94.117
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.706		(4.706)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(47.911)	(47.911)
Dividendo adicional proposto			41.500		(41.500)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(125)		(125)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				42		42
Transferência para Reserva de lucros			(83)	83		-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	804.459	14.473	290.607	-	-	1.109.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2012	Metas 2013
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa ⁽²⁾	11,80	11,80
Número total de acidentes de trabalho ⁽³⁾	5	-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	225.514	175.913
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	39% governo 27% acionistas	5% colaboradores(as) 15% terceiros
	30% governo 11% acionistas	5% colaboradores(as) 17% terceiros

7 - Outras Informações

(1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.
 (2) Para este indicador não foi considerado o salário do Presidente pois apesar da remuneração ser paga pelo Brasil, a decisão sobre os valores é realizada em Portugal. Já os Conselheiros, não foram considerados por não comporem o headcount do Grupo.
 (3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros. Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.
 Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
 Informações não auditadas.
 Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	14	4.850	3.220
Impostos e contribuições sociais	7	49.653	39.561
Dividendos	22	43.330	16.011
Partes relacionadas	9	-	54.752
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	11.849	60.989
Benefícios pós-emprego	20	19	12
Obrigações estimadas com pessoal	18	2.286	1.365
Encargos regulamentares e setoriais	16	348	158
Uso do bem público	17	3.894	3.634
Provisões	19	7.496	8.519
Outras contas a pagar	-	416	268
		124.141	188.489
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	14.756	-
Empréstimos e financiamentos	15	73.624	75.113
Benefícios pós-emprego	20	551	243
Partes relacionadas	9	487	132
Encargos regulamentares e setoriais	16	334	41
Uso do bem público	17	39.612	37.814
Provisões	19	13.078	14.758
		142.442	128.101
Patrimônio Líquido			
Capital social	21.1	804.459	804.459
Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3	290.607	266.537
Total do passivo e patrimônio líquido		1.109.539	1.085.469

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Receitas	23	253.805	200.353
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	24	(142)	(129)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.386)	(1.297)
Encargos de uso da rede elétrica		(1.528)	(1.426)
Custo de operação	24	(6.766)	(5.423)
Pessoal		(4.863)	(5.691)
Materiais e serviços de terceiros		(35.446)	(34.712)
Depreciações e amortizações		(69)	(91)
Outros custos de operação		(47.144)	(45.917)
		(48.672)	(47.343)
Lucro bruto		205.133	153.010
Despesas e Receitas operacionais	24	(22)	(84)
Despesas com vendas		(16.862)	(11.697)
Despesas gerais e administrativas		(585)	(217)
Depreciações e amortizações		(2.612)	(1.814)
Outras despesas e receitas operacionais		(20.081)	(13.812)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		185.052	139.198
Receitas financeiras		1.955	6.255
Despesas financeiras		(32.257)	(30.272)
Resultado financeiro	25	(30.302)	(24.017)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		154.750	115.181
Imposto de renda e contribuição social correntes		(37.695)	(33.743)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(22.938)	2.866
	26	(60.633)	(30.877)
Resultado líquido do exercício		94.117	84.304
Atribuível aos acionistas		94.117	84.304
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico por ação (Reais/Ação)	27	0,06121	0,05483
ON		0,03889	0,03484
PNR		0,00248	0,00222
PNA		0,00078	0,00070
PNB		0,01631	0,01461
PNC		0,06121	0,05483
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)	27	0,03889	0,03484
ON		0,00248	0,00222
PNR		0,00078	0,00070
PNA		0,01631	0,01461
PNB		0,06121	0,05483
PNC		0,03889	0,03484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Lucro líquido do exercício		94.117	84.304
Outros resultados abrangentes	21.3.2		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		(125)	(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		42	89
Resultado abrangente do exercício		94.034	84.133
Atribuível aos acionistas controladores		94.034	84.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão
A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW. Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público
Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. Nota (16.1)

2. Base de preparação e práticas contábeis
2.1 Base de preparação
2.1.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	154.750	115.181
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(22)	9
Depreciações e amortizações	36.031	34.929
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	197	14.247
Juros e atualizações monetário dos contratos de mútuos	4.027	5.826
Despesas pagas antecipadamente	815	846
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20.329	14.530
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	5.470	8.204
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	(79)	(89)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	3.587	2.094
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	898	791
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	277	31
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(15)	(231)
Outros		(4.720)
	226.265	191.648
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	55	(54)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.395)	(8.270)
Estoques	967	(4.696)
Cauções e depósitos vinculados	57	(573)
Despesas pagas antecipadamente	(156)	(785)
Rendas a receber	(5.909)	(4.881)
Outros ativos operacionais	93	(99)
	(7.288)	(19.358)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.630	1.191
Outros tributos e contribuições sociais	3.500	11.437
Benefícios pós-emprego	269	85
Obrigações estimadas com pessoal	921	41
Encargos regulamentares e setoriais	206	7
Provisões	(7.188)	(6.346)
Outros passivos operacionais	148	13
	(514)	6.428
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	218.463	178.718
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.018)	(30.920)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	177.445	147.798
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(6.484)	(19.549)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(6.484)	(19.549)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(58.424)	149
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(35.458)	(23.896)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		10.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(56.655)	(101.016)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(14.303)	(10.803)
Uso do bem público	(3.412)	(3.281)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(168.252)	(128.847)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.709	(598)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.023	3.314
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.314	3.912
	2.709	(598)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Reclassificado
Geração do valor adicionado	286.891	244.000
Receita operacional	280.422	220.839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(22)	(9)
Receita relativa à construção de ativos próprios	6.484	23.170
Outras receitas	7	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(26.060)	(37.643)
Custos da energia comprada	(157)	(142)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.527)	(1.429)
Materiais	(3.699)	(14.910)
Serviços de terceiros	(17.268)	(21.056)
Outros custos operacionais	(3.409)	(106)
Valor adicionado bruto	260.831	206.357
Retenções		
Depreciações e amortizações	(37.272)	(36.699)
Valor adicionado líquido produzido	223.559	169.658
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.955	6.255
Valor adicionado total a distribuir	225.514	175.913
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	8.901	7.936
Benefícios	1.542	1.100
FGTS	567	505
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	87.421	51.205
Estaduais	67	22
Municipais	109	106
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	32.257	30.273
Aluguéis	533	462
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	47.911	18.300
Dividendos		1.722
	179.308	111.631
Lucros retidos	46.206	64.282
	225.514	175.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis
As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)
Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 6)
Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 10)
Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

e) Imobilizado (Nota 12)
São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Ativo intangível (Nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - Uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão. Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Licenças ambientais (Notas 13 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores (Nota 14)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

l) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

m) Provisões (Nota 19)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A Contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

p) Benefícios pós-emprego (Nota 20)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600/09. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

q) Uso do bem público (Nota 17)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

r) Capital social (Nota 21)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

s) Dividendos (Nota 22)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

u) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

v) Resultado por ação (Nota 27)

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

w) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

x) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

y) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

z) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são com relação ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado. Os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 no valor de R\$425 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$406, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$19 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 21 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.4 Reclassificações no exercício anterior

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 - Balanço Patrimonial

De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuárias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$171.00 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

2.4.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$34 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação de uso do bem público no valor de R\$3.281 de atividade operacional para atividade de financiamento.

Reclassificação dos juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos das atividades operacionais para atividades de financiamento, no valor de R\$5.826.

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$231 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação da provisão para plano de Benefícios pós-emprego no valor de R\$89 para Benefícios pós-emprego alocado no passivo operacional.

Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS da depreciação (Depreciações e amortizações) no valor de R\$1.770, sendo que, R\$218 foram alocados no valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados e o restante (R\$1.552) lançado em outros tributos e contribuições sociais situado nos passivos operacionais.

2.4.3 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa à construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$23.170 anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas dos Insumos adquiridos de terceiros: R\$14.160 referente a Materiais, R\$8.537 referente a Serviços de terceiros e R\$473 referente a Outros custos operacionais.

Reclassificação dos Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$151 (R\$13 referente a Custos da energia comprada, R\$132 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$5 referente a Materiais e R\$1 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$1.770, para os Impostos Federais alocados na distribuição do valor adicionado para adequação ao CPC 09 no valor de R\$1.921.

3. Evento do exercício

Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

7. Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	22.074	6	15	28.224	(307)		(21.755)	28.257
PIS e COFINS	101	1.883				100	(1.913)	171
IRRF sobre aplicações financeiras	285			412			(285)	412
Outros	8							8
Total	22.468	1.889	15	28.636	(307)	100	(23.953)	28.848
Circulante	22.468							28.848
Total	22.468							28.848

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Compen sação de tributos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2012
Passivo - a recolher					
Imposto de renda e contribuição social	34.834	37.701	(12.794)	(22.040)	37.701
ICMS sobre diferencial de alíquota	57	172	(209)		20
PIS e COFINS	1.706	26.113	(23.443)	(307) (1.913)	2.156
ISS	61	262	(277)	11	57
PIS, COFINS e CSLL - Sobre servi- ços prestados por terceiros	30	415	(432)		13
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	18	119	(108)		29
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.600	9.278	(2.600)		9.278
Outros	255	2.897	(2.742)	(11)	399
Total	39.561	76.957	(42.605)	(307) (23.953)	49.653
Circulante	39.561				49.653
Total	39.561				49.653

IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2012 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$9.278, conforme legislação (Nota 21.2) liquidado em janeiro de 2013.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos exercícios	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07	151	148			1.578	1.467
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07	4	4			43	40
					155	152			1.621	1.507
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		16.629	12.045			181.086	142.059
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		4.556	3.574			49.612	38.920
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.594	1.251			17.364	13.622
					22.779	16.870			248.062	194.601
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					475	86	(475)	(964)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				12	8	(136)	(85)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014					38	(185)	(153)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							
					Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012			
								49.233	(3.621)	(5.204)
Total					22.934	17.022	487	54.884	(4.823)	(7.028)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora final da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora final são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174/12.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	6.023	3.314
Total	6.023	3.314

5. Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	472		472	460
Energia de curto prazo	18		18	63
Encargos de uso da rede elétrica	59		59	59
Total Circulante	549		549	582
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	36	(36)		
Total Não Circulante	36	(36)		

O saldo do circulante em 31 de dezembro de 2012 é composto por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

6. Rendas a receber

O saldo de R\$22.779 em 31 de dezembro de 2012 (R\$16.870 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo exercício.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/10, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(9)	(3)	(12)	7	5
Benefício pós-emprego	89	(143)	(51)	(194)	63	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	846	(631)	(224)	(855)	9	846
Total diferenças temporárias	940	(783)	(278)	(1.061)	79	851
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças ambientais - CPC 25	(367)	1.305	470	1.775	(1.408)	(369)
Uso do bem público - CPC 25	9.465	(7.638)	(2.749)	(10.387)	922	8.119
Instrumentos financeiros - CPC 39	(1.898)	17.965	6.464	24.429	(22.531)	(5.735)
Total diferenças temporárias - RTT	7.200	11.632	4.185	15.817	(23.017)	2.015
Total Ativos Diferidos	8.140	10.849	3.907	14.756		
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos					(22.938)	2.866

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$22.938 e a crédito do Patrimônio líquido R\$42.

Em dezembro de 2012 a Companhia reavaliou o cálculo do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ganhos da adoção dos CPCs, associados à classificação das ações preferenciais (classe PNA, PNB e PNC) como Instrumentos financeiros conforme CPC 39, de forma a adequar à expectativa de realização futura.

9. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício são apresentadas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2)

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP - Energias do Brasil S.A. que é sua controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas não controladores.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

9.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R\$)	76.003	281.563	108.000	465.566
Salário ou pró-labore	63.336	234.636	90.000	387.972
Encargos sociais	12.667	46.927	18.000	77.594
Valor Total da remuneração, por órgão	76.003	281.563	108.000	465.566

12 Imobilizado

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.262	(139.142)	549.120	2,00	688.035	(125.435)	562.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	340.616	(85.727)	254.889	3,75	340.614	(77.998)	262.616
Máquinas e equipamentos	5,07	441.178	(129.313)	311.865	6,90	440.520	(115.940)	324.580
Veículos	14,29	984	(897)	87	20,00	903	(851)	52
Móveis e utensílios	11,46	1		1	10,00	1		1
		1.585.559	(355.079)	1.230.480		1.584.591	(320.224)	1.264.367
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,66	33.773	(9.396)	24.377	3,50	33.774	(8.202)	25.572
		33.773	(9.396)	24.377		33.774	(8.202)	25.572
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,74	1.370	(1.022)	348	9,98	1.362	(887)	475
Veículos	14,29	678	(227)	451	20,00	659	(150)	509
Móveis e utensílios	6,29	538	(333)	205	10,00	539	(305)	234
		2.586	(1.582)	1.004		2.560	(1.342)	1.218
Total do Imobilizado em serviço		1.621.918	(366.057)	1.255.861		1.620.925	(329.768)	1.291.157
Imobilizado em curso								
Geração								
Depósitos Judiciais (Nota 19.1.1.2)		14.209		14.209		14.209		14.209
Outros		16.766		16.766		11.732		11.732
Total do Imobilizado em curso		30.975		30.975		25.941		25.941
Total do Imobilizado		1.652.893	(366.057)	1.286.836		1.646.866	(329.768)	1.317.098

De acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	562.600		227	(13.707)		549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.616			(7.727)		254.889
Máquinas e equipamentos	350.627		848	(14.759)	(126)	336.590
Veículos	561		183	(135)	(71)	538
Móveis e utensílios	235			(29)		206
Total do imobilizado em serviço	1.291.157		1.258	(36.357)	(197)	1.255.861
Imobilizado em curso						
Depósitos judiciais	14.209					14.209
Outros	11.732	6.292	(1.258)			16.766
Total do Imobilizado em curso	25.941	6.292	(1.258)			30.975
	1.317.098	6.292		(36.357)	(197)	1.286.836

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

13 Intangível

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	975	(802)	173	20,00	899	(617)	282
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.180)	12.957	3,22	20.138	(6.533)	13.605
		21.112	(7.982)	13.130		21.037	(7.150)	13.887
Transmissão								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111		111		111		111
Administração								
Software	20,00	414	(190)	224	20,00	414	(107)	307
		414	(190)	224		414	(107)	307
Total do Intangível em Serviço		21.637	(8.172)	13.465		21.562	(7.257)	14.305
Intangível em curso								
Geração		12.508		12.508		12.461		12.461
Administração		165		165		96		96
Total do Intangível em Curso		12.673		12.673		12.557		12.557
Total do Intangível		34.310	(8.172)	26.138		34.119	(7.257)	26.862

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido Nota	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortização	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço						
Software	589			76	(268)	397
Servidão permanente	111					111
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	17	13.605			(648)	12.957
Intangível em curso		12.557	192		(76)	12.673
Total do Intangível		26.862	192		(916)	26.138

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012				31/12/2011			
									Circulante	Não Circulante	Principal	Não Principal	Circulante	Não Circulante	Principal	Não Principal
Ações recebíveis cumulativa					Ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39	i. Índice de Capital Próprio: Patrimônio Líquido sobre Ativo Total igual ou superior a 30%. ii. Manutenção de caixa mínimo de R\$3 Milhões.	8,70% a.a.	Dividendos anuais	11.849	52.331	21.293	85.473	4.012	75.113	79.125	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	10.000	20/12/2011	10.000	20/12/2011 a 20/03/2012	Capital de Giro		107% do CDI	Principal e juros em parcela única no final					36	10.000	10.036	
BNDES e outros bancos	300.000	21/09/2000	300.000	15/01/2001 a 15/10/2012	Implantação da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães - Lajeado		4,00% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal					185	46.756	46.941	
Total									11.849	52.331	21.293	85.473	221	60.768	136.102	

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$ 76.003,20, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

(**) Das 6 posições da Diretoria Estatutária apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$ 291.516,46, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

(***) Das 5 posições do Conselho Fiscal todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$ 108.000, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

9.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	76.003	195.163	21.600
Valor da menor remuneração individual	76.003	86.400	21.600
Valor médio da remuneração individual	76.003	140.782	21.600

10 Estoques

O valor de R\$3.729 (R\$4.696 em 31 de dezembro de 2011), refere-se a itens de peças e materiais de manutenção.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	31/12/2012		31/12/2011	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos judiciais	19		1.117		1.193
Cauções e depósitos vinculados		19			
Total		19	1.117		1.193

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor total em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor total em 31/12/2012
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.989	(56.655)	(14.303)	17.199	4.720		(101)	11.849
	60.989	(56.655)	(14.303)	17.199	4.720		(101)	11.849
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	75.113				(4.720)	3.231		73.624
	75.113				(4.720)	3.231		73.624

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda		Vencimento	Tipo de Moeda	
	Nacional			Nacional	
Circulante			2017		3.381
2013	11.849		2018		3.110
			2019 até 2023		12.193
	11.849		2024 até 2028		8.035
Não circulante			2029 até 2032		34.893
2014	4.342				73.624
2015	3.995				
2016	3.675		Total		85.473

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		48	257		(256)		49
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.1	149	678	6	(163)	(39)	631
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	19		(19)		2
Total		199	954	6	(438)	(39)	682
Circulante		158					348
Não circulante		41					334
Total		199					682

16.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE. Pela resolução Normativa nº 504/12, a receita de arrendamento deixou de ser excluída da base de cálculo do P&D.

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 31 de dezembro de 2012 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no exercício, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.634	37.814
Ajuste a valor presente	(8)	237
Encargos e atualizações monetárias	252	4.989
Amortizações	(3.412)	

	Circulante	Não circulante
Transferência para o circulante	3.428	(3.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.894	39.612

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	2.023	1.263
INSS e FGTS	263	102
Total	2.286	1.365

19 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			7.629	6.094
Licenças ambientais	7.496	8.519	5.449	8.664
Total	7.496	8.519	13.078	14.758

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	
				Pagamentos	Reversões			31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.746	713	(1.775)	(493)	555	1.746	996	771
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.348	1.697	(1.348)	(3)	689	4.383		
Outros			1.500				1.500		
Total		6.094	3.910	(3.123)	(496)	1.244	7.629	996	771
Não circulante		6.094					7.629		
Total		6.094					7.629		

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2 Cíveis

Indenizações
As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo ex-proprietário. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 12).

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito Judicial (Nota 11)			
	Instâncias	31/12/2012	31/12/2011	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	60	335	36 317
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	87.679	83.112	32 38
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	930	778	
Total		88.669	84.225	68 355

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas na nota 19.1.1.2 - Indenizações.

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$53 (R\$67 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 11).

19.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012 (R\$17.183 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a

provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreram contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$52 (R\$22 em 31 de dezembro de 2012).

Esse plano tem a adesão de 25 colaboradores.

20.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº 9.656/98	19	8	551	243
Previdência Privada - EnerPrev		4		
	19	12	551	243

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(251)	(251)		
Custo do serviço corrente	(106)	(106)	(158)	(158)
Custo dos juros	(69)	(69)	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(19)	(19)	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício			554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(125)	(125)	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	(570)	(570)	(251)	(251)
Custo do serviço passado não reconhecido	(406)		(425)	
Valor presente das obrigações atuariais	(976)	(570)	(676)	(251)

A Companhia iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 21 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2013 são de R\$19.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	106	158
Custo dos juros	69	89
Custo do serviço passado	19	298
Custo especial por redução de benefício		(554)
Total	194	(9)

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$254 em 31 de dezembro de 2012 (R\$171 em 31 de dezembro de 2011) (Nota 21.3.2).

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos Centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	976	1.142	841
Custo do Serviço e Custo dos juros	194	209	181

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012	2011
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	10,25% a.a.
	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023
Inflação médica de longo prazo	5,00% a.a.	4,50% a.a.

Demográficas	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$804.459. Conforme Estatuto Social a Companhia não possui capital autorizado.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2012											
	Em milhares de ações											
	Qtd. de ações "ON"	% Participação	Qtd. de ações "PNR"	% Participação	Qtd. de ações "PNA"	% Participação	Qtd. de ações "PNB"	% Participação	Qtd. de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 15), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 21.2).

21.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$61.852, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	94.117
Constituição da reserva legal - 5%	(4.706)
	89.411
Destinação do lucro:	89.411
Dividendos intermediários - JSCP	47.911
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,00006092

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Reserva legal		26.693	21.987
Retenção de lucros		128.099	150.152
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		94.569	94.569
Outras reservas de lucros	21.3.2	(254)	(171)
Dividendo adicional proposto		41.500	
		290.607	266.837
Total		305.080	281.010

21.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Transferência para Reservas de lucros	Saldo em 31/12/2012
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		3	(128)	42	83	
		3	(128)	42	83	

21.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.4 Ações preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

22 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011
Lajeado Energia S.A.	29.729	9.684
CEB Lajeado S.A.	8.145	2.653
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.851	929
Acionistas não controladores	2.605	2.745
Total	43.330	16.011

23 Receitas

	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	44.692	44.692	5.723	5.414
Energia de curto prazo			643	331
Total Suprimento	44.692	44.692	6.366	5.745
Arrendamento			273.348	214.437
Outras receitas operacionais			708	657
(-) Deduções à receita operacional			(678)	(58)
P&D			(25.939)	(20.428)
PIS/COFINS				
	44.692	44.692	253.805	200.353

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	31/12/2012					
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	15	85.473	11.849	12.012	9.352	52.260
Responsabilidades com locações operacionais		1.137	257	727	153	
Obrigações de compra		18.233	9.700	8.106	427	
Uso do bem público	17	43.506	3.894	8.991	7.350	23.271
Licenças ambientais	19.2	12.945	7.496	5.449		
		161.294	33.196	35.285	17.282	75.531

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia. As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor		Valor	
Aval de acionista	3.055		1.109	
Depósito caucionado	19			
Fiança bancária	635		395	
Fiança corporativa			46.941	
Garantias em recebíveis		59	59	
Notas promissórias			156.000	
Penhor de ações			915.296	

Penhor de direitos

46.941

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia, (Nota 11).

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título. O saldo de Notas promissórias, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP - Energias do Brasil (40,78%), conforme mencionado nas notas 9.1 e 21.1. O saldo de Penhor de Ações, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de Direitos, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

30 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Usinas	690.460
Prédios e conteúdos (próprios)	1.360
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	3.055

A controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Investco como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

31 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$6.928 sendo R\$5.880, capitalizados no exercício (Nota 12), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$1.048 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Rubem Fonseca Filho
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro Efetivo

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro Efetivo

Edison Rodrigues
Conselheiro Efetivo

Marco Antonio Vieira
Conselheiro Efetivo

Flavio Samuel Disitzer
Conselheiro Suplente

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e Diretor Administrativo e Financeiro

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Plácio Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Andréa Mazzaro Carlos de Vicenti
Diretora Jurídica

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos Controladora - CRC 1SP204118/O-8 "S" TO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes, e, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, manifestamo-nos, por unanimidade, parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia, e, assim consideramos que tais peças podem ser submetidas para aprovação em Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro Efetivo

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro Efetivo

Edison Rodrigues
Conselheiro Efetivo

Marco Antonio Vieira
Conselheiro Efetivo

Flavio Samuel Disitzer
Conselheiro Suplente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Investco S.A.

Miracema do Tocantins - TO

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho

de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(e), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/TO

